

Caso Marielle: STF julga mandantes

Brasília - A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou nesta terça-feira (24) o julgamento dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, ocorrido em 2018, no Rio de Janeiro. O julgamento vai decidir se os acusados serão condenados ou absolvidos. A sessão não havia terminado até o fechamento da edição.

O vice-procurador-geral da república Hindemburgo Chateaubriand pediu a condenação dos cinco acusados: o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ) Domingos Brazão; o ex-deputado federal Chiquinho Brazão, irmão de Domingos; o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa; o major da Polícia Militar Ronald Alves de Paula; e o ex-policial militar Robson Calixto, assessor de Domingos. Todos estão presos preventivamente. (ABR)

Lula se reúne com presidente dos Emirados

Abu Dhabi - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu, nesta terça-feira (24), com o presidente dos Emirados Árabes Unidos, Mohammed bin Zayed Al Nahyan, para tratar sobre o aprofundamento da parceria estratégica e a cooperação em comércio e investimentos entre os dois países.

Os líderes também querem concluir com rapidez as negociações do acordo entre o Mercosul e os Emirados Árabes para estabelecer uma parceria econômica abrangente.

Lula passou por Abu Dhabi, capital emirática, após sua viagem oficial à Índia e à Coreia do Sul. As informações sobre o encontro foram divulgadas pelo Palácio do Planalto.

O presidente brasileiro reiterou a importância da participação dos Emirados Árabes no Fundo Florestas Tropicais para Sempre, lançado na Cúpula do Clima. (ABR)

Acordo Mercosul-UE é aprovado pela representação do Brasil

Brasília - Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou nesta terça-feira (24) por unanimidade o Acordo de comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE). O debate sobre o texto começou no dia 10 de fevereiro, quando o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) leu seu relatório sobre o acordo, mas um pedido de vista adiou a análise.

Com a aprovação, o acordo segue para votação nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado, respectivamente.

O texto ainda tem que ser ratificado pelos Congressos da Argentina, Paraguai e Uruguai, bem como pelo Parlamento Europeu. A entrada em vigor se dará apenas após conclusão de todos os trâmites.

Assinado no dia 17 de janeiro, no Paraguai, o acordo foi enviado para análise da representação brasileira no Parlasul pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 2 de fevereiro.

O acordo cria uma área

de livre comércio entre os dois blocos, com redução gradual de tarifas e preservação de setores considerados sensíveis, além de prever salvaguardas e mecanismos de solução de controvérsias.

O texto contém 23 capítulos que tratam, entre outros pontos, da redução de impostos de importação e da criação de regras para diversos setores. O Mercosul deverá zerar tarifas sobre 91% dos bens europeus em até 15 anos. Já a União Europeia eliminará tarifas sobre 95% dos bens do Mercosul em até 12 anos.

O acordo estabelece a maior zona de livre comércio do mundo, com mais de 720 milhões de habitantes. A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) estima que a implementação do acordo pode incrementar as exportações brasileiras em cerca de US\$ 7 bilhões e ampliar a diversificação das vendas internacionais brasileiras, beneficiando inclusive à indústria nacional. (ABR)



Chinaglia

Governo aumenta imposto de importação de mais de 1 mil produtos

Brasília - No início de fevereiro, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex/Camex) aumentou as alíquotas do imposto de importação de uma lista ampla de bens de capital (BK), incluindo máquinas, ferramentas e equipamentos, e de bens de informática e telecomunicação (BIT). São englobados mais de 1 mil produtos eletrônicos, incluindo smartphones, freezers e painéis com LED.

A deliberação ocorreu em 28 de janeiro e parte dos aumentos de alíquotas já entrou em vigor em 6 de fevereiro. Outras elevações - no caso das NCMs que hoje possuem alíquota zero, mas não estão enquadradas em ex-tarifários - começam a valer em 1º de março, para que os importadores tenham tempo de pedir seu enquadramento no regime

especial, segundo o governo.

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda citou a "escalada das importações de Bens de Capital (BK) e Bens de Informática e Telecomunicações (BIT)", dizendo que elas somaram US\$ 75,1 bilhões em 2025, com crescimento acumulado desde 2022 de 33,4%. Segundo a pasta, a penetração de importações está em níveis que "ameaçam colapsar elos da cadeia produtiva e provocar regressões produtiva e tecnológica do País, de difícil reversão".

Em 2025, as principais origens de importações desses bens foram Estados Unidos, com US\$ 10,18 bilhões e 34,7% de participação; China, com US\$ 6,18 bilhões e 21,1%; Cingapura, com US\$ 2,58 bilhões e 8,8%; e França, com US\$ 2,52 bilhões e 8,6%. (AE)

Entidades preparam manifesto

São Paulo - Entidades civis, jurídicas e empresariais lançaram o manifesto "Ninguém acima da Lei", em defesa de "transparência e integridade no sistema de Justiça". O documento será lido na próxima segunda-feira (2), durante um ato cívico pela adoção de um código de conduta no Judiciário, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

A ação, organizada pelas entidades Transparência Brasil, Derrubando Muros e Humanitas360, é motivada pelo envolvimento de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no caso do Banco Master, investigado por fraudes financeiras.

O antigo relator do inquérito no Supremo sobre irregularidades do Master, ministro Dias Toffoli, pediu para ser afastado da relatoria do caso no dia 12 de fevereiro, após assumir que uma empresa da qual é sócio fez negócios com um fundo de investimentos ligado ao banqueiro Daniel Vercaro, dono do Master. (AE)

Empresária passa mal na CPMI do INSS

Brasília - O depoimento da empresária Ingrid Pikinskeni Moraes Santos na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS foi encerrado na segunda-feira (23) após ela passar mal. Ingrid sofreu o mal-estar durante as perguntas do relator da CPMI, Alfredo Gaspar (União-AL).

O presidente do colegiado, Carlos Viana (Podemos-MG), suspendeu os trabalhos para que a empresária fosse atendida pela equipe médica.

Ingrid foi chamada a depor após Daniel Vercaro, dono do Banco Master, ter informado que não compareceria à comissão. (ABR)

Presença de Eduardo Leite na CPI dos Pedágios é aceita pelos deputados

VITOR ROSA/SECOM



Leite se colocou à disposição para comparecer na CPI

Porto Alegre - Protocolado pelo deputado Frederico Antunes (PP), o requerimento do governador Eduardo Leite (PSD) pedindo para ser ouvido na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Contratos de Concessão de Rodovias Estaduais foi aprovado por unanimidade. Líder do governo na Assembleia Legislativa, Antunes encaminhou o pedido após Leite se colocar à disposição para comparecer.

A CPI conta com parlamentares de oposição e da base governista. Todos contrários aos pedágios previstos nos Blocos 1 e 2, mesmo com a utilização do sistema free flow.

Leite salientou que tem confiança no plano de concessões de rodovias estaduais e, mesmo sem ter sido convocado a depor, está disposto a comparecer à CPI. Para estar presente, o go-

vernador foi convidado, não convocado, o que causou debate entre os parlamentares que defendiam a ida de Leite apenas após uma eventual renúncia ao cargo.

A data em que o governador comparecerá à CPI ainda não foi definida. "O debate é legítimo. A crítica é saudável. O que não contribui é o uso político do medo, da desinformação e da confusão", completou Leite em recente discurso na Assembleia Legislativa.

Leite inclusive confirmou presença nesta quarta-feira (25) na sede do Setcegs, em Porto Alegre, no Fórum de Debates promovido pela entidade e pela Federasul. (Juliano Piasentin)



+ Pedido de cancelamento

Na segunda-feira (23), os deputados que participam da CPI dos Pedágios entregaram um ofício ao Ministério Público de Contas e ao Tribunal de Contas do Estado. Os parlamentares solicitam a suspensão imediata do leilão do Bloco 2 de concessões rodoviárias, previsto para 13 de março, na B3.

Para o presidente da CPI, deputado Paparico Bachi (PL), o projeto pode gerar um impacto negativo

para a economia do Estado. Já o relator da Comissão, deputado Miguel Rossetto, criticou o Bloco 3, que conta com rodovias concedidas à iniciativa privada nos Vales do Sinos e Cai (RS-240 e RS-122).

"O Bloco 3 é uma experiência ruim e precisa ser considerada. Apresentar um conjunto de irregularidades que queremos evitar no Bloco 2. Por isso, pedimos a suspensão do leilão", explicou Rossetto.

SP tem 19ª morte por chuvas no verão

Pirassununga/Natividade da Serra - O Estado de São Paulo registrou mais duas mortes provocadas pelas chuvas nas últimas semanas, elevando para 19 o total de vítimas durante o verão. Em Pirassununga, um bebê de 11 meses morreu após uma árvore cair sobre a casa onde morava, na quarta-feira (18). A segunda vítima confirmada foi um idoso encontrado após o desabamento de uma residência no domingo (22), em Natividade da Serra. (AE)